



Número: **0600076-87.2021.6.16.0000**

Classe: **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Tito Campos de Paula**

Última distribuição : **28/04/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Minuta de Resolução, Proposta de Alteração de Resolução, Proposta de Nova Resolução**

Objeto do processo: **Proposta de reestruturação da Secretaria do Tribunal, promovida a partir de solicitação por parte do eminente Corregedor Regional Eleitoral, de reforço da estrutura da Corregedoria, ref. PAD nº 6405/2021**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA (INTERESSADO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33727 266	07/05/2021 18:08	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ACÓRDÃO Nº 58.671**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 0600076-87.2021.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ**

**Relator:** TITO CAMPOS DE PAULA

**INTERESSADO:** TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

**FISCAL DA LEI:** Procurador Regional Eleitoral

**RESOLUÇÃO Nº 872/2021**

**Cria funções comissionadas mediante transformação, altera a estrutura orgânica do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e dá outras providências.**

**DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte aprovou a Resolução, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 06/05/2021

**RELATOR(A) TITO CAMPOS DE PAULA**

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com base no art. 22, III e VII da Resolução nº 792/2017 (Regimento Interno),

**CONSIDERANDO** que a Resolução TSE nº 23.539/2017, no § 1º do art. 9º, autorizou a destinação das funções comissionadas das zonas eleitorais extintas às secretarias dos tribunais, com a manutenção pelo Tribunal de permanente controle de sua destinação;

**CONSIDERANDO** que o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 11.416/2006 autoriza a transformação de funções comissionadas, sem aumento de despesa;



**CONSIDERANDO** a existência de saldo positivo no valor de R\$111,27 (cento e onze reais e vinte e sete centavos) quanto às transformações de funções remanejadas das Zonas Eleitorais extintas no Paraná para a Secretaria do Tribunal, bem como de R\$212,23 (duzentos e doze reais e vinte e três centavos) quanto às transformações já havidas de funções comissionadas da Secretaria do Tribunal;

**CONSIDERANDO** as Resoluções CNJ nº 308 e 309/2020, que disciplinam sobre as atividades de Auditoria Interna no Poder Judiciário, e padronizam a estrutura da unidade, já tendo sido adaptadas as atividades no Regulamento da Secretaria (Res. 860/2020), mas ficando postergadas as alterações na estrutura orgânica em razão das eleições 2020;

**CONSIDERANDO** a conveniência e necessidade de reorganizar a Secretaria do Tribunal, em vista das novas demandas que se apresentam, notadamente diante das novas tecnologias, sistemas e serviços prestados ao eleitor e evolução da legislação a respeito da proteção de dados e segurança da informação;

**CONSIDERANDO** a viabilidade jurídica, orçamentária e de pessoal para a reestruturação proposta;

**CONSIDERANDO** a previsão do art. 14, inciso VI, da Resolução CNJ nº 350/2020, que estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, estabelecendo que o Juiz de Cooperação tem por atribuição específica, dentre outras, participar das comissões de planejamento estratégico dos tribunais;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Conselho de Governança ocorrida na reunião realizada aos 25 de março de 2021,

## **RESOLVE**

**Art. 1º** Transformar, sem acréscimo de despesas, 05 (cinco) funções comissionadas de nível 1 (FC-1) próprias da Secretaria em 01 (uma) função comissionada de nível 5 (FC-5) e 01 (uma) função comissionada de nível 6 (FC-6).

**Parágrafo único.** Com as transformações previstas no *caput*, remanesce o saldo de R\$3,34 (três reais e trinta e quatro centavos), referentes às funções de origem da Secretaria do Tribunal, além de R\$111,27 (cento e onze reais e vinte e sete centavos) quanto às transformações já ocorridas de funções remanejadas das Zonas Eleitorais extintas no Paraná para a Secretaria do Tribunal.

**Art. 2º** Ficam aprovadas as seguintes alterações na estrutura orgânica do Tribunal:

### **I – Extinção das unidades administrativas:**

a) Assessoria-Chefe da Presidência, vinculando-se o Gabinete da Presidência, a Assessoria Jurídica da Presidência e a Assistência de Acessibilidade e Inclusão diretamente à Presidência;

b) Coordenadoria de Auditoria das Contratações e Apoio à Governança Institucional, vinculando-se a Seção de Auditoria das Contratações diretamente à Secretaria de Auditoria Interna;

c) Coordenadoria de Auditoria da Gestão de Pessoas e da Governança Institucional, vinculando-se a Seção de Auditoria da Gestão de Pessoas e a Seção de Auditoria da Gestão e da Governança diretamente à Secretaria de Auditoria Interna;

d) Coordenadoria de Gestão da Informação e Jurisprudência;

e) Seção de Jurisprudência;



- f) Seção de Biblioteca;
- g) Seção de Análise e Pesquisa de Mercado;
- h) Núcleo de Memória Institucional;
- i) Núcleo de Pagamento de Autoridades Eleitorais, Requisitados e Removidos;
- j) Núcleo de Apoio às Contratações;

**II – Criação das unidades administrativas:**

- a) Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições;
- b) Coordenadoria de Fiscalização e Regularização, vinculada à Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral;
- c) Coordenadoria de Planejamento e Logística de Eleições, vinculada à Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições;
- d) Seção de Regularização de Situação Eleitoral, vinculada à Coordenadoria de Fiscalização e Regularização;
- e) Seção de Estatísticas e Sistemas Processuais, vinculada à Coordenadoria de Assuntos Judiciários;
- f) Gabinete da Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições;
- g) Assistência Técnica de Apoio à Gestão Administrativa, vinculada à Secretaria de Gestão Administrativa;
- h) Assistência de LGPD, vinculada à Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão;
- i) Núcleo de Análise e Pesquisa de Mercado, vinculado à Coordenadoria de Licitações e Contratos;
- j) Núcleo de Jurisprudência, vinculado à Coordenadoria de Sessões;
- k) Núcleo de Informações Partidárias, vinculado à Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias.

**III - Remanejamento das seguintes unidades administrativas:**

- a) Seção de Apoio à Governança Institucional para a Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão;
- b) Seção de Protocolo para a Coordenadoria Processual;
- c) Seção de Gestão Documental para a Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão;
- d) Seção de Gestão da Sustentabilidade para a Coordenadoria de Planejamento e Logística de Eleições;
- e) Seção de Planejamento e Logística de Eleição para a Coordenadoria de Planejamento e Logística de Eleições;
- f) Seção de Inspeções e Correições para a Coordenadoria de Fiscalização e Regularização;
- g) Comissão Permanente de Licitação diretamente à Secretaria de Gestão Administrativa;
- h) Núcleo de Estatística para a Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão.



**IV – Renomeação das seguintes unidades administrativas:**

- a) Coordenadoria de Planejamento Estratégico passa a ser Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão;
- b) Coordenadoria de Contas Eleitorais e Informações Partidárias passa a ser Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias;
- c) Coordenadoria de Assuntos Judiciários e Correccionais para Coordenadoria de Assuntos judiciários;
- d) Coordenadoria de Fiscalização do Cadastro Eleitoral para Coordenadoria de Cadastro Eleitoral;
- e) Seção de Procedimentos Judiciários para Seção de Orientação de Procedimentos Judiciários;
- f) Seção de Supervisão do Cadastro Eleitoral para Seção de Orientação e Supervisão do Cadastro Eleitoral;
- g) Seção de Direitos Políticos para Seção de Gestão de Sistemas do Cadastro Eleitoral;
- h) Seção de Contas Eleitorais e Partidárias passa a ser Seção de Contas Eleitorais;
- i) Seção de Informações Partidárias passa a ser Seção de Contas Partidárias.

**Art. 3º** A distribuição dos cargos em comissão e funções comissionadas na Secretaria do Tribunal se dá em conformidade com o Anexo I.

**Art. 4º** Fica aprovado o Organograma constante do Anexo II.

**Art. 5º** A Resolução nº 756/2017 passa a vigorar com as seguintes alterações e supressões:

“Art. 5º (...)

(...)

V – revogado;

(...)

VII – revogado;

(...)

§ 5º O titular da Secretaria de Auditoria Interna e os representantes da Assessoria Jurídica da Presidência e da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral poderão participar e manifestar-se nas reuniões, sem direito a voto.

(...)

§ 8º Os Juízes de Cooperação de 1º e 2º Grau poderão participar das Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, na qualidade de convidados.”

“Art. 7º O Conselho de Governança deliberará acerca da criação, extinção e modificação de atribuição, finalidade ou composição do Conselho e dos Comitês, submetendo a proposta à apreciação da Corte Regional Eleitoral.”



“Art. 9º Os Comitês terão composição multidisciplinar e serão presididos por um dos Secretários.

(...)

§ 3º O representante da Secretaria de Auditoria Interna poderá participar das reuniões dos Comitês.”

“Art. 12. (...)

I – Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições - SECPEE (Presidente);

(...)

VII – Assessoria Jurídica da Presidência - ASSPRES;

(...)

XVI – Juízes de Cooperação de 1º e 2º Graus.”

“Art. 14. (...)

(...)

V - Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições - SECPEE;

(...)”

“Art. 16. (...)

(...)

V – Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições - SECPEE;

(...)

XI – Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias;

XII – revogado.”

“Art. 18. (...)

(...)

IX - Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições - SECPEE;”



“Art. 20. (...)

I - Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições – SECPEE (Presidente);

(...)

IX – Assessoria Jurídica da Presidência – ASSPRES;

(...)

XII – Coordenadoria de Comunicação Social.”

“Art. 22. (...)

(...)

XIII – Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições – SECPEE.”

“Art. 24. (...)

III – revogado;

“Art. 27. (...)

(...)

§ 3º A validação e a aprovação das atas poderá ocorrer até a reunião seguinte.

(...)”

**Art. 6º** O Regulamento da Secretaria deverá ser ajustado aos termos desta resolução no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 7º** Revogam-se disposições em contrário.

**Art. 8º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, em 06 de maio de 2021.**

**Des. TITO CAMPOS DE PAULA**

**Presidente**



**Des. VITOR ROBERTO SILVA**

**Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral**

**ROGÉRIO DE ASSIS**

**CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN**

**THIAGO PAIVA DOS SANTOS**

**DES. FERNANDO QUADROS DA SILVA**

**ROBERTO RIBAS TAVARNARO**

**ELOISA HELENA MACHADO**

**Procuradora Regional Eleitoral**

**ANEXO I – DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES**

UNIDADE	CARGOS				FUNÇÕES					
	CJ1	CJ2	CJ3	CJ4	FC1	FC2	FC3	FC4	FC5	FC6
PRESIDÊNCIA		3					1	1	1	2
JUÍZES MEMBROS	5							5	5	
OUVIDORIA										1





EJE	1			1			3			
SECAUDI	1			3			1 3			
CRE	1	3	1	3			1	2	1	7
DIRETORIA-GERAL	3		1		1	5		1	5	
SECPEE	2		1	4			1		1	5
SECJUD	3		1	4		1	2	1	2	8
SECGA	2		1	4		1	2	1	9	
SECGS	2		1	7		1	2	1	7	
SECOFC	2		1	2		1	1		9	
SECGP	2		1	4		1	1	2	9	
SECTI	3		1	9		1	1	1	10	
TOTAL	7	25	9	1	42	6	15	18	10	78

## ANEXO II - ORGANOGRAMA





SESSÃO DE 06.05.2021.

